

138

Classificado de acordo com o art. 158

da Resolução 58 / 1972 Subsecretaria

de Arquivo, 9 de fevereiro de 1987

Waldemar M. L. Lima

Chefe da Seção de Arquivo de Proposições



SENADO FEDERAL

FICHADO

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 138, DE 1980 COMPLEMENTAR

EMENTA: Isenta de impostos federais, estaduais e municipais os ingressos para espetáculos de artes cênicas.

(Apresentado pelo SENADOR JOSÉ SARNEY)

Rejeitado, em 25.11.86
Ao Arquivo
João

Secretaria do Senado Federal	
SEÇÃO DE PROTOCOLO LEGISLATIVO	
PLS	138/80
Em	12/06/80
<i>João</i>	

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº **138**, de 1980

*As comissões de
Constituição e Justiça,
de Educação e Cultura
e de Finanças*

Em 12.6.80

João

Isenta de impostos federais, estaduais e municipais os ingressos para espetáculos de artes cênicas.

(Sen. José Sarney)

O CONGRESSO NACIONAL decreta

Art. 1º. Ficam isentos de impostos federais, estaduais e municipais os ingressos para espetáculos de artes cênicas apresentados em teatros ou quaisquer outras casas de diversões do País.

Art. 2º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua publicação.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

J U S T I F I C A Ç ã O

A isenção tributária que o presente projeto recomenda para ingressos de espetáculos de artes cênicas é mais uma iniciativa objetivando incentivar a cultura em nosso País.

De fato, em um país como o nosso, carente de iniciativas que possibilitem o alargamento de perspectivas culturais, a possibilidade de oferecer ingressos mais baratos para tais eventos constitui importante medida que cumpre ser amparada e prestigiada.

SENADO FEDERAL

Protocolo Legislativo

2. L. S. **138/80**

Fls. **07**

Em verdade, o nosso povo tem revelado enorme in
clinação pelas artes em geral, procurando, com seus re
cursos, estar presente a espetáculos em que, de modo geral, se
difundem as artes cênicas.

O projeto, que ora oferecemos, objetiva fundament
almente contribuir para o desenvolvimento cultural, mediante ini
ciativa que certamente atrairá maior contingente de espectadores,
possibilitando aos de mais baixa renda a oportunidade de convi
ver com a cultura defluente das artes cênicas.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1980

[Handwritten signature]



SENADO FEDERAL

PARECER

N.º 232, DE 1984.

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 138, de 1980, que "isenta de impostos federais estaduais e municipais os ingressos para espetáculos de artes cênicas".

RELATOR DO VENCIDO: Senador PASSOS PORTO

O projeto sob exame, de autoria do ilustre Senador José Sarney, institui isenção de impostos federais, estaduais e municipais para os ingressos para espetáculos de artes cênicas apresentados em teatros ou quaisquer outras casas de diversões do País.

2. Na justificação, aduz o Autor: "...em um País como o nosso, carente de iniciativas que possibilitem o alargamento de perspectivas culturais, a possibilidade de oferecer ingressos mais baratos para tais eventos constitui importante medida que cumpre ser amparada e prestigiada".

3. Rejeitado o Relatório inicial, favorável ao projeto, cumpre-nos relatar o Vencido.

A proposição, ao estipular isenção de impostos, versa matéria tributária e, pois, financeira, área deferida à iniciativa exclusiva do Presidente da República (art. 57, item I da Constituição). Além do mais, ao fazê-lo, não se limita aos impostos federais, mas atinge, igualmente, os estaduais e municipais, interferindo na autonomia das unidades federativas e na dos municípios.

Comissão de Constituição e Justiça
Nº <u>138</u> , de <u>1980</u>
Fls. nºs. <u>03</u>
ASS BIENTE

Ante o exposto, concluímos pela inviabilidade do Projeto, por eiva de inconstitucionalidade.

SALA DAS COMISSÕES, em 11 de abril de 1984.

JOSE FRAGELLI

Passos Porto
Passos Porto

, PRESIDENTE.
em exercício

PASSOS PORTO

, RELATOR.

HÉLIO GUEIROS

Helio Gueiros

GUILHERME PALMEIRA

Guilherme Palmeira

ADERBAL JUREMA, vencido, em
voto em separado.

Aderval Jurema
vencido

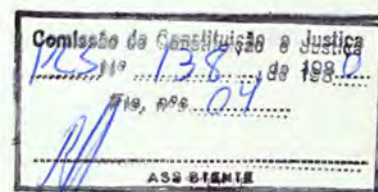
HELVÍDIO NUNES

Helvídio Nunes

OCTÁVIO CARDOSO

Octávio Cardoso

JOÃO CALMON





SENADO FEDERAL

PARECER

N.º

VOTO VENCIDO, EM SEPARADO, do Sr. Senador ADERBAL JUREMA, na COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 138, de 1980, que "isenta de impostos federais, estaduais e municipais os ingressos para espetáculos de artes cênicas".

O projeto sob exame, de autoria do ilustre Senador José Sarney, objetiva isentar de impostos os espetáculos de artes cênicas apresentados em teatros ou quaisquer outras casas de diversões do País.

Na justificação, salienta o Autor que a medida tem por finalidade o incentivo à cultura, "mediante iniciativa que certamente atrairá maior contingente de expectadores, possibilitando aos de mais baixa renda a oportunidade de conviverem com a cultura defluente das artes cênicas".

Deferida a apreciação do mérito às doudas Comissões de Educação e Cultura e de Finanças, e inexistindo óbices quanto ao aspecto jurídico-constitucional, nosso parecer é pela aprovação do projeto.

SALA DAS COMISSÕES, em 11 de abril de 1984.


Senador ADERBAL JUREMA.



REQUEIMENTO Nº 419, DE 1986

7. Aprovado, de 17-9-86
Alon ContinhoAdiamento da discussão para
determinado dia.

Nos termos do art. 310, alínea "c", do Regimento Interno, requei-
ro adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 138, de
1980 - Complementar,

a fim de ser feita na sessão de 17 de outubro de 1986

Sala das Sessões, em 17 de 1986

Nivaldo Machado

NIVALDO MACHADO

REQUERIMENTO Nº 508, DE 1986

Adiamento da discussão
para reexame de Comissão.

NOS TERMOS DO ARTIGO 310, ALÍNEA "B", DO REGIMENTO INTERNO, REQUEIRO ADIAMENTO DA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, DE 1980 - COMPLEMENTAR (APRECIAÇÃO PRELIMINAR DA CONSTITUCIONALIDADE), A FIM DE QUE SEJA ENCAMINHADO AO REEXAME DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1986.



SEN. NIVALDO MACHADO



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 138, de 1980-Complementar

Isenta de impostos federais, estaduais e municipais os ingressos para espetáculos de artes cênicas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentos de impostos federais, estaduais e municipais os ingressos para espetáculos de artes cênicas apresentados em teatros ou quaisquer outras casas de diversões do País.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua publicação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A isenção tributária que o presente projeto recomenda para ingressos de espetáculos de artes cênicas é mais uma iniciativa objetivando incentivar a cultura em nosso País.

De fato, em um país como o nosso, carente de iniciativas que possibilitem o alargamento de perspectivas culturais, a possibilidade de oferecer ingressos mais baratos para tais eventos constitui importante medida que cumpre ser amparada e prestigiada.

Em verdade, o nosso povo tem revelado enorme inclinação pelas artes em geral, procurando, com seus poucos recursos, estar presentes a espetáculos em que, de modo geral, se difundem as artes cênicas.

O projeto, que ora oferecemos, objetiva fundamentalmente contribuir para o desenvolvimento cultural, mediante iniciativa que certamente atrairá maior contingente de espectadores, possibilitando aos de mais baixa renda a oportunidade de conviverem com a cultura defluente das artes cênicas.

Sala das Sessões, 12 de junho de 1980. — José Sarney.

SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE ARQUIVO
PLS. COM. N.º 138 de 19 80
FLS. 07

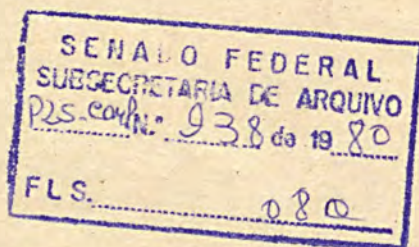


SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 419, de 1986

Nos termos do art. 310, alínea c, do Regimento Interno, requieiro adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 138, de 1980-Complementar, a fim de ser feita na sessão de 17 de outubro de 1986.

Sala das Sessões, 17 de setembro de 1986. — Nivaldo Machado.



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 508, de 1986

Nos termos do art. 310, alínea b, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 138, de 1980 — Complementar (apreciação preliminar da constitucionalidade), a fim de que seja encaminhado ao reexame da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 1986. — Nivaldo Machado.



SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE ARQUIVO

TERMO DE ARQUIVAMENTO do Projeto de lei do
Senado - Complementar nº 138/1980

Contém este processo 08 folhas numeradas e rubricadas nos termos do art. 158,
alínea -, do Regulamento, estando o mesmo com a tramitação concluída.

Subsecretaria de Arquivo, 28 de januário de 1987.

Rebêlva Paraiso de Azevedo
Arquivologista

Está classificado e fichado. Encaminho-o ao funcionário informante.

Subsecretaria de Arquivo, 04 de fevereiro de 1987.

Antonio Alberto de Camargo
téc. leg.

Confere. Submeto o presente processo à consideração do Sr. Diretor, com as fichas inclusas,
devidamente datilografadas.

Subsecretaria de Arquivo, 5 de fevereiro de 1987.

Waldemar Ataíde Oliveira

Waldemar Ataíde Oliveira
Chefe da Seção de Arquivo de Proposições

Arquive-se.

Em 05/02/1987.

Samuel de Figueiredo
DIRETOR

